

**PROCESSO SELETIVO PRESENCIAL DE ESTAGIÁRIOS (AS) DO NÍVEL SUPERIOR EM DIREITO
NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM JUIZ DE FORA – MG – ANO 2026
PROVA OBJETIVA**

CANDIDATO (A): _____

CPF: _____

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES:

- A prova terá a duração de **04 (quatro) horas – das 08:30h às 12:30h (horário local de Brasília);**
- Este caderno de prova contém **40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha**, devendo o(a) candidato(a) assinalar apenas uma alternativa dentre as 04 (quatro) apresentadas;
- O candidato só poderá levar o Caderno de Questões 02(duas) horas após o início das provas;
- Em nenhuma hipótese haverá substituição do Caderno de Respostas por erro de preenchimento do(a) candidato(a);
- Não será permitido o ingresso do candidato ao local da prova após o início das provas;
- No caso da prova discursiva o(a) candidato(a) somente poderá utilizar caneta esferográfica de cor preta ou azul, à mão, sendo desconsiderado texto definitivo escrito à lápis;
- Escrever sempre com **letra legível**;
- Será eliminado o candidato que for descortês com os demais candidatos ou com os fiscais de prova.
- A interpretação das questões faz parte da prova objetiva, não podendo haver perguntas e nem apoio dos fiscais da prova.
- Durante a realização da prova não serão permitidas a consulta a qualquer material, a comunicação entre os candidatos e a utilização de aparelhos de comunicação.
- Serão **anuladas** as questões objetivas rasuradas ou com mais de uma opção assinalada no cartão de respostas.
- O **Cartão de respostas** será o único documento válido para a correção das provas objetivas presenciais. O preenchimento é de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), que deverá ser realizado em conformidade com as instruções específicas contidas no caderno de prova.
- Importante o(a) candidato(a) estar atento ao texto constante no Edital do certame com todas as informações sobre o certame até sua finalização;

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01

Segundo o artigo 127 da C/F: “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Partindo desta premissa, tem-se que são funções institucionais do Ministério Público, exceto:

- Não promover ação penal pública, na forma da lei.
- Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

QUESTÃO 02

Acerca das Disposições Constitucionais previstas no Título “Da Ordem Social”, assinale a alternativa correta:

- O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País;
- Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.
- A CF/88 prevê que deverá ser instituído por lei sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a

famílias de baixa renda.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa correta:

- Segundo a classificação ontológica de Karl Lowenstein, as constituições Nominalistas podem ser conceituadas como aquelas em que os limites ao poder político, estabelecidos em seu texto, são de fato respeitados na realidade. É, portanto, uma constituição característica de regimes democrático de direito.
- Segundo a classificação de José Afonso da Silva, a Constituição possui cinco elementos centrais, dentre os quais os elementos orgânicos podem ser conceituados como aqueles que denunciam a vontade política social e ideológica do Constituinte.
- Segundo entendeu o Supremo Tribunal Federal, o preâmbulo possui natureza jurídica de proclamação política e, portanto, não é norma de repetição obrigatória pelos Estados.
- As normas constitucionais de eficácia limitada possuem aplicabilidade mediata, indireta e, até que seja editado um ato normativo futuro, não produzem qualquer efeito.

QUESTÃO 04

Acerca do tema Controle de Constitucionalidade, julgue as assertivas a seguir:

- Não é possível opor a cláusula de proteção ao direito adquirido ou ato jurídico perfeito em face da aplicação imediata de normas que tratam de regime monetário, as quais possuem natureza estatutária e institucional, como é a situação daquelas responsáveis por substituir uma moeda por outra.
- Não cabe ADPF para declarar a constitucionalidade dedispositivo de lei cuja eficácia já foi exaurida.
- É cabível a propositura de ADI em face de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- Todas.
- Nenhuma.
- I e II.
- Apenas I.

QUESTÃO 05

São órgãos do Poder Judiciário, EXCETO:

- O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça
- Os Tribunais e Juízes do Trabalho e os Tribunais e Juízes Eleitorais.

- c. Os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- d. Os Tribunais de Contas da União e os Tribunais Arbitrais.

QUESTÃO 06

À luz das regras de processo legislativo atinentes à formade alteração do texto constitucional vigente, a correta:

- a. Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal e estadual, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- b. Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; e de mais de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
- c. Matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d. Emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 07

Sobre as espécies de Atos Administrativos, assinale a alternativa que possui a definição correta do ato:

- a. Atos Normativos: são aqueles que contém um comando geral do executivo, visando a correta aplicação da lei.
- b. Atos Negociais: são os que visam disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes.
- c. Atos Enunciativos: são aqueles que contem uma declaração de vontade do Poder Público coincidentecom a vontade do particular.
- d. Atos Ordinários: são os que se limitam a certificar ou atestar um fato.

QUESTÃO 08

A expressão Agentes Públicos é abrangente e envolve entre outros: os Servidores Públicos. Estes, por sua vez, são os Agentes Públicos que mantêm com o Estado um vínculo de natureza profissional. São Servidores Públicos, exceto:

- a. Agentes Políticos;
- b. Funcionários Públicos.
- c. Empregados Públicos.
- d. Temporários.

QUESTÃO 09

www.universidadepatativa.com.br

“A Administração Pública, no exercício do Poder de Autotutela, pode examinar seus atos e comportamentos no que afeta ao mérito e à legalidade”.

Com base nesse enunciado acima, é correto afirmar que:

- a. A Administração Pública pode revogar seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos;
- b. A Administração Pública pode anular seus próprios atos sempre que entender conveniente ou oportuno, respeitando o direito adquirido;
- c. A Administração Pública pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, salvo se implicarem em direito adquirido;
- d. A Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.

QUESTÃO 10

Sobre os Serviços Públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. No Brasil, tem prevalecido a concepção ampla do serviço público.
- b. Toda e qualquer atividade econômica poderá ser convertida em serviço público pelo constituinte ou pelo legislador.
- c. Quanto à titularidade federativa, os serviços públicos são classificados em: federais, estaduais, distritais, municipais e comuns.
- d. Há íntima relação entre os princípios da modicidade das tarifas e da universalidade da prestação do serviço público.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa que apresenta apenas **exemplos de Atos Administrativos Normativos**:

- a. Resoluções, deliberações e decretos.
- b. Decretos, instruções e licenças.
- c. Deliberações, portarias e certidões.
- d. Homologação, certidões e instruções.

QUESTÃO 12

Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a. Recrutamento é o conjunto de atividades desenhadas para atrair um conjunto de candidatos qualificados para uma organização.
- b. Recrutamento é o processo de escolher o melhor candidato para o cargo.
- c. Recrutamento é um conjunto de técnicas e procedimentos que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização.

- d. Do ponto de vista da sua aplicação o recrutamento pode ser interno ou externo.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 13

De acordo com o Código Civil, salvo quando exigidos por lei outros requisitos, a escritura pública deve conter:

1. manifestação clara da vontade das partes e dos intervenientes.
2. data e local de sua realização.
3. referência ao cumprimento das exigências fiscais inerentes à legitimidade do ato.
4. tradução para o vernáculo da nacionalidade das partes e dos intervenientes.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

QUESTÃO 14

Com relação à Prescrição e à Decadência no Direito Civil, julgue os próximos itens:

I A prescrição representa a perda de um direito que não foi devidamente exercido por seu titular ou sucessor dentro do prazo previsto pelo legislador.

II A renúncia prévia ao prazo prescricional somente será admitida se exercida de forma expressa e por manifestação inequívoca.

III Os prazos prescricionais e decadenciais não correm contra os absolutamente incapazes.

IV De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, as ações de natureza indenizatória que tenham como causa de pedir atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar são imprescritíveis.

Estão corretos apenas os itens:

- a. I e II.
- b. II e IV.
- c. III e IV.
- d. I, II e III.

QUESTÃO 15

Dentre as pessoas jurídicas de Direito Privado previstas no Código Civil está a fundação criada com a dotação especial de “Bens Livres”, por Escritura Pública ou Testamento. A respeito dessa Pessoa Jurídica, assinale a alternativa correta:

- a. Caberá ao Ministério Público elaborar o estatuto da entidade, caso o(s) encarregado(s) não o tenha(m) feito após transcorrido o prazo assinado pelo instituidor ou, não havendo prazo, depois de passados cento e oitenta dias.
- b. A fundação poderá constituir-se para atingimento de finalidade lucrativa.
- c. Se a fundação estender sua atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao Ministério Público do Distrito Federal e Território.
- d. Incumbe exclusivamente ao órgão do Ministério Público promover a extinção da fundação cuja finalidade tenha se tornado ilícita, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

QUESTÃO 16

Referentes às pessoas naturais, analise as proposições a seguir:

- I. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil as pessoas de 15 (quinze) anos.
- II. Cessará a incapacidade, para os menores, pela colação de grau em curso de ensino superior.
- III. As pessoas viciadas em tóxicos são consideradas pela lei como relativamente incapazes.
- IV. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico.

Nesse contexto, pode-se afirmar que:

- a. Todas as afirmativas estão corretas.
- b. Todas as afirmativas estão incorretas.
- c. Estão corretas as afirmativas II e III, apenas.
- d. Estão incorretas as afirmativas II e III, apenas.

QUESTÃO 17

A União Estável tem previsões expressas acerca de sua configuração e consequências jurídicas pelos Arts. 1.723 a 1.727 do Código Civil, bem como outras delimitações esparsas pelo mesmo diploma. Diante da proteção jurídica conferida à relação, assinale a alternativa que contenha procedimento inaplicável (que não se aplica) à união estável:

- a. A união estável pode ser convertida em casamento.
- b. Na união estável, ainda que existente contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

c. As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.

d. Caracteriza-se união estável a relação entre o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros, se adjetivada pela convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 18

Assinale a opção em que ambos os Institutos Processuais, tratados como Recursos pelo CPC, podem ser utilizados para impugnar Decisão Interlocutória proferida em Primeiro Grau pelo magistrado.

- Apelação e Embargos de Declaração.
- Agravo de Instrumento e Agravo Interno.
- Recurso Especial e Mandado de Segurança.
- Agravo Retido e Ação Rescisória.

QUESTÃO 19

Sobre a Audiência de Conciliação ou de Mediação no procedimento ordinário, assinale a alternativa correta:

- Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência por ao menos um dos litisconsortes afasta a realização da mesma.
- O não comparecimento pelo autor na audiência acarreta a extinção do processo sem a resolução do mérito.
- O conciliador atuará, preferencialmente, nos casos em que haja vínculo anterior entre as partes.
- A audiência não será realizada quando a causa não admitir a autocomposição.

QUESTÃO 20

De acordo com o CPC, no que tange o tema das "Partes e dos Procuradores", assinale a alternativa incorreta:

- Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz deve suspender o processo e designar prazo razoável para que seja sanado o vício.
- O representante judicial da parte não pode ser compelido a cumprir decisão em seu lugar.
- O juiz deve nomear curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.

d. É direito das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, dentre outros, o de praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

QUESTÃO 21

Em geral no processo, se a parte não concordar com a sentença proferida pelo Juízo do Primeiro Grau, contra ela poderá recorrer, interpondo:

- Habeas corpus.
- Apelação.
- Recurso extraordinário.
- Recurso em sentido estrito.

QUESTÃO 22

São causas ininterruptas da Prescrição, EXCETO:

- O despacho do Juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- Qualquer ato extrajudicial que constitua em mora o devedor.
- O protesto cambial.
- Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 23

"Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime".

A assertiva acima caracteriza qual do(s) instituto(s) abaixo:

- Da tentativa branca.
- Do crime consumado.
- De causa de exclusão da tipicidade.
- Da agravação pelo resultado.

QUESTÃO 24

Quanto aos crimes contra o Patrimônio, é incorreto afirmar que:

- O princípio da insignificância é aplicável ao crime de receptação, consoante entendimento dos Tribunais Superiores.
- Sendo o réu primário e a coisa furtada de pequeno valor, assim considerado aquele inferior ao salário-mínimo ao tempo do fato, o acusado tem direito subjetivo ao reconhecimento do privilégio (art. 155, §2º, do CP), não configurando mera faculdade do julgador a sua concessão, embora o dispositivo legal empregue o verbo "poder".
- A imunidade patrimonial absoluta não pode ser aplicada ao crime praticado contra padraço, não

havendo sua equiparação com o ascendente para fim de isenção da pena.

- d. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a causa de aumento de pena do repouso noturno (art. 155, §1º do CP) se aplica às hipóteses de furto qualificado, podendo ser afastada, contudo, nas situações em que não houver efetiva redução da vulnerabilidade da vítima, como no caso de residências desabitadas.

QUESTÃO 25

Sobre os crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que:

- a. A falsa imputação de infrações disciplinares do Estatuto da Advocacia não enseja a configuração, em tese, do delito de denúncia caluniosa.
- b. Configura denúncia caluniosa dar causa à investigação policial, à abertura de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente.
- c. Falso testemunho é crime formal, não exigindo potencialidade lesiva das declarações prestadas.
- d. O delito de favorecimento pessoal, para restar configurado, exige que o agente auxilie a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.

QUESTÃO 26

Quanto aos crimes dolosos contra a vida que devem ser julgados pelo Júri Popular, assinale a assertiva correta:

- a. São da competência do Tribunal do Júri os crimes de homicídio doloso; aborto; auxílio, instigação ou induzimento ao suicídio; e lesão corporal seguida de morte.
- b. São da competência do Tribunal do Júri os crimes de homicídio doloso; aborto; auxílio, instigação ou induzimento ao suicídio; e latrocínio.
- c. É possível que o homicídio seja ao mesmo tempo qualificado e privilegiado, desde que a qualificadora seja de ordem objetiva.
- d. A natureza jurídica do feminicídio é de causa de aumento de pena.

QUESTÃO 27

Com relação aos crimes contra a pessoa previstos no Código Penal, é incorreto afirmar que:

- a. No crime de lesão corporal, independentemente de sua extensão, se o agente comete o delito impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob domínio de violenta emoção, logo

em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

- b. Na hipótese de lesões corporais culposas, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- c. A prática de lesão corporal qualificada pelo cometimento no contexto de violência doméstica (art. 129, §9º, do CP) pressupõe que o sujeito passivo do delito seja uma pessoa do sexo feminino.
- d. Nos crimes contra a honra, o querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da injúria, não fica isento de pena.

QUESTÃO 28

Um juiz decretou a prisão temporária de um acusado por crime hediondo. Neste caso, ela terá o prazo de:

- a. 30 dias, prorrogável por mais 10 dias em caso de extrema e comprovada necessidade.
- b. 15 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c. 15 dias, prorrogável por mais 5 dias em caso de extrema e comprovada necessidade.
- d. 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 29

Sobre os Recursos no Processo Penal, é correto afirmar:

- a. O prazo para interposição do recurso de apelação é de 15 (quinze) dias.
- b. Em geral, o prazo para interposição do Recurso em Sentido estrito é de 05 (cinco) dias, contado da intimação pessoal, e em dobro quando o recorrente for Defensor Público.
- c. Não cabe apelação das sentenças definitivas de condenação.
- d. O Recurso em Sentido Estrito possui efeito devolutivo amplo.

QUESTÃO 30

Cláudio estava sendo investigado pelo delito de Homicídio Qualificado. No curso do Inquérito Policial foi decretada sua prisão preventiva, mediante representação da autoridade policial. Diante da demora na conclusão das investigações, a defesa requereu o relaxamento da prisão, em razão do excesso de prazo, o que foi deferido pelo Juiz, que concedeu liberdade provisória a Cláudio, substituindo a prisão pelas medidas cautelares de comparecimento

periódico em juízo e proibição de se ausentar da Comarca sem autorização judicial. Concluído o Inquérito, o Ministério Público ofereceu a Denúncia, que foi recebida. Cláudio não foi encontrado em seu endereço domiciliar para ser citado, razão pela qual se determinou sua Citação por edital.

Após a Citação por edital, Cláudio não compareceu, nem constituiu advogado. Levando em conta a situação acima, julgue os itens abaixo, de acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento do STJ - Superior Tribunal de Justiça:

- I. O juiz deverá suspender o processo, ficando suspenso também o curso do prazo prescricional, por prazo ilimitado.
- II. O juiz poderá determinar a produção antecipada de provas, em decisão concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.
- III. Caso haja testemunhas arroladas na denúncia que sejam policiais, o juiz não poderá determinar a antecipação da colheita dessa prova testemunhal com base apenas no argumento de que as peculiaridades do fato podem se perder em sua memória, considerando que o agente de segurança está exposto diariamente a situações semelhantes.
- IV. Havendo pedido da acusação, o juiz não poderá decretar novamente a prisão preventiva de Cláudio, por já ter sido a medida imposta anteriormente.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a. I e II.
- b. II e III.
- c. II, III e IV.
- d. II.

QUESTÃO 31

De acordo com o Código de Processo Penal, analise a sentença abaixo por partes:

1ª parte: Na Ação Penal Pública Condicionada, a representação admite retratação, mas somente até o oferecimento da Denúncia;

2ª parte: Na Ação Penal Pública Condicionada, não se admite a retratação da retratação;

3ª parte: Caso ajuizada a Ação Penal sem a representação, essa nulidade processual pode ser sanada posteriormente, caso a vítima a apresente em juízo e desde que realizada dentro do prazo de 06 (seis) meses que a vítima possui para representar, nos termos da Lei;

A sentença está:

- a. Totalmente correta.
- b. Totalmente incorreta.

- c. Correta somente em sua 1ª parte.
- d. Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.

QUESTÃO 32

Em relação à aplicação da Lei Processual Penal e aos Sistemas Processuais, à Denúncia e à Queixa-Crime, assinale a assertiva correta:

- a. Situação hipotética: Carlos está sendo processado pela prática do crime de roubo e é editada nova lei, que altera o procedimento para apuração deste crime. Assertiva: A nova lei somente pode ser aplicada ao processo em curso se mais benéfica ao acusado.
- b. Situação hipotética: Pedro ajuizou queixa-crime em face de Jonas, que foi recebida pelo juízo federal. Ocorre que verificou o juízo ser absolutamente incompetente para a demanda, enviando os autos ao juízo estadual. Assertiva: A decisão de recebimento da denúncia pelo juízo federal interrompeu a prescrição;
- c. Em caso de lei de conteúdo penal e processual, é possível a aplicação apenas de uma parte da lei, mas benéfica, inaplicando a outra parte, prejudicial.
- d. Situação hipotética: Mário está sendo processado pela prática de crime tributário. Na denúncia, o órgão do Ministério Público justifica a imputação do crime em face da condição de Mário como sócio da empresa, não descrevendo de forma individualizada, minimamente, o que Mário praticou, ao argumento de impossibilidade. Assertiva: Neste caso, a denúncia é inepta, por se assemelhar ao que a doutrina e jurisprudência denomina de denúncia genérica.

QUESTÃO 33

Sobre fiança e prisões, assinale a alternativa correta:

- a. O juiz poderá, em determinadas circunstâncias, reduzir a fiança em até dois terços ou aumentá-la em até 1000 (mil) vezes, mas jamais poderá dispensá-la.
- b. É admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena.
- c. As audiências de custódia devem ser feitas em todas as modalidades de prisão.
- d. A prisão domiciliar é destinada exclusivamente a presos já condenados, em cumprimento de pena em regime aberto.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 34

Com relação aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do

segurado, nos termos da Lei nº 8.213/1991, é correto afirmar que:

- Não pode ser considerado como dependente para os fins de obtenção de benefício previdenciário o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho e dispensam a comprovação da dependência econômica, bastando, para essa finalidade, a declaração escrita de próprio punho do segurado.
- A companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos são exemplos de dependentes presumidos, que dispensam prova da dependência econômica.
- As provas de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, sendo admitida, porém, a prova exclusivamente testemunhal quando não houver provas documentais.

QUESTÃO 35

Considerando a seguridade social no Brasil e os princípios constitucionais, assinale a opção correta:

- A seguridade social, parte integrante da ordem social, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à assistência social e ao trabalho.
- A saúde é considerada um subsistema da seguridade social no Brasil. Como política pública existente há o fornecimento de medicamentos. Segundo o STF, o Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.
- Apesar de ser regida pelo princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, a seguridade social só é acessível a brasileiros natos ou naturalizados, inclusive o STF negou o pedido de uma estrangeira ao benefício assistencial ao idoso no RE 587.970/SP.
- A seguridade social rege-se pelo princípio da seletividade e da distributividade na prestação dos benefícios, em que há a necessidade de se selecionar as prioridades e escolher os critérios de escolha. No caso do auxílio por incapacidade temporária, o legislador escolheu a incapacidade como contingência a ser coberta, devendo o segurado preencher os requisitos para a concessão do benefício. A distributividade está associada à distribuição de renda e bem-estar social. Trata-se de objetivo aplicável apenas à previdência social.

QUESTÃO 36

No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o trabalhador que presta serviço de natureza urbana, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego, é um segurado:

- Facultativo.
- Contribuinte Individual.
- Autônomo.
- Empregado.

QUESTÃO 37

João, profissional autônomo regularmente filiado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), está em gozo de Auxílio-Doença desde junho de 2021.

Maria, empregada doméstica, está desempregada desde abril de 2020.

Pedro é professor empregado, mas está licenciado sem remuneração desde maio de 2020.

Julia é empregada e está em gozo de Auxílio-Acidente desde fevereiro de 2020.

Sérgio é tenente da Força Aérea Brasileira (FAB) há 06 meses.

Todos verteram 100 contribuições para o RGPS.

À luz dessas informações, assinale a opção correta.

Alternativas:

- Sérgio mantém a qualidade de segurado até 6 meses após o seu ingresso na FAB.
- João mantém a qualidade de segurado independentemente do prazo em que esteja no gozo de Auxílio-Doença.
- Maria mantém a qualidade de segurada por 24 meses, prorrogáveis por mais 12 meses.
- Julia mantém a qualidade de segurada enquanto estiver em gozo de Auxílio-Acidente.
- e.

DEFENSORIA PÚBLICA

QUESTÃO 38

Entre os direitos dos assistidos da Defensoria Pública expressamente previstos na Lei Complementar nº 80/1994, inclui-se:

- O patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor de sua escolha, desde que em exercício na circunscrição da causa.
- Ser atendido na unidade da Defensoria Pública mais próxima de sua residência.
- Receber assistência jurídica pela Defensoria Pública Estadual em matéria afeta à Defensoria Pública da União onde essa última não estiver instalada.
- A atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou

colidentes entre destinatários de suas funções.

QUESTÃO 39

Assinale a opção correta que apresenta o princípio constitucional que se aplica diretamente à carreira de Defensoria Pública.

- a. Livre exercício da ação penal
- b. Independência
- c. Vitaliciedade
- d. Irrecusabilidade

QUESTÃO 40

Uma ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública pleiteia de uma empresa concessionária de energia elétrica uma indenização e a retratação pública por um vídeo divulgado pela empresa nas redes sociais, em que consumidores inadimplentes são ridicularizados e ameaçados com o corte do serviço. Essa ação:

- a. Extrapola a atribuição da Defensoria Pública, por se tratar de ação de natureza indenizatória.
- b. Extrapola a atribuição da Defensoria Pública, pois não envolve interesses individuais homogêneos.
- c. Extrapola a atribuição da Defensoria Pública, pois a defesa dos consumidores compete ao Procon.
- d. Se insere dentre as atribuições funcionais da Defensoria Pública, mesmo que não seja possível identificar todos os seus beneficiários.